

**A**

Concurso para provimento de cargos

## Procurador do Estado

---

Dia: 27 de novembro de 2005 • Horário: das 14 h às 19 h

Duração: 5 (horas) horas, incluído o tempo para o preenchimento do cartão-resposta.

### Instruções

Para fazer a prova você usará:

- este **caderno de prova** com 32 páginas;
- um **cartão-resposta** que contém o seu nome, número de inscrição e espaço para assinatura.

**Confira o número que você obteve no ato da inscrição com o que está indicado no cartão-resposta.**

Verifique, no caderno de prova:

- a) se faltam folhas, se a seqüência de questões, no total de 100 (cem), está correta;
- b) se há imperfeições gráficas que possam causar dúvidas.

Comunique imediatamente ao fiscal qualquer irregularidade.

- Não é permitido qualquer tipo de consulta durante a realização da prova.
- Para cada questão são apresentadas 4 (quatro) alternativas diferentes de respostas (a, b, c, d). Apenas uma delas constitui a resposta correta em relação ao enunciado da questão.
- A interpretação das questões é parte integrante da prova, não sendo permitidas perguntas aos fiscais.
- Não destaque folhas da prova.

Ao terminar a prova, entregue ao fiscal o caderno de prova completo e o cartão-resposta devidamente preenchido e assinado.

O gabarito da prova será divulgado no dia 28 de novembro de 2005, até às 18 (dezoito) horas, nos sites:

- <http://www.fepese.ufsc.br/pge2005>
- <http://pge.sc.gov.br>

# Procurador do Estado

(100 questões)

01. Considere as seguintes previsões constitucionais:

- I. a imunidade do brasileiro nato à extradição.
- II. a inexigibilidade de tributo sem lei que o estabeleça.
- III. o livre exercício de atividade econômica.
- IV. a licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário.
- V. a impenhorabilidade da pequena propriedade rural.

Constituem direitos ou garantias fundamentais “fora do catálogo”, de acordo com a sistematização da Constituição da República:

- a. ( ) I, IV e V.
- b. ( ) II e III.
- c. ( ) II, IV e V.
- d. ( ) II, III e IV.

02. Analise as seguintes afirmações:

- I. A contribuição confederativa de que trata o art. 8º, inc. IV, da Constituição da República, só é exigível dos filiados ao sindicato respectivo.
- II. Diante do art. 8º, inc. V, da Constituição da República, segundo o qual “ninguém será obrigado a filiar-se ou a manter-se filiado a sindicato”, está revogada a contribuição sindical compulsória de que trata a Consolidação das Leis do Trabalho (arts. 578 e seguintes).

Assinale a alternativa **correta**, de acordo com a jurisprudência dominante do Supremo Tribunal Federal:

- a. ( ) Somente a afirmativa I é correta.
- b. ( ) Somente a afirmativa II é correta.
- c. ( ) São corretas as afirmativas I e II.
- d. ( ) Nenhuma das afirmativas é correta.

03. Analise as seguintes afirmações:

- I. A proibição, por lei municipal, de instalação de estabelecimentos comerciais do mesmo ramo em determinada área, não ofende o princípio constitucional da livre concorrência.
- II. É competente o Município para fixar o horário de funcionamento de estabelecimento comercial.
- III. A proibição, por lei municipal, de funcionamento de farmácias e drogarias fora dos horários normais, sujeitando-as, para esse fim, à observância de escalas de plantão, não ofende a norma constitucional que assegura a livre iniciativa.

Assinale a alternativa **correta**, de acordo com a jurisprudência dominante do Supremo Tribunal Federal:

- a. ( ) São corretas as afirmativas I, II e III.
- b. ( ) Somente a afirmativa II é correta.
- c. ( ) São corretas as afirmativas II e III.
- d. ( ) Nenhuma das afirmativas é correta.

**04.** Analise as seguintes afirmações:

- I. Não cabe *habeas corpus* quando já extinta a pena privativa de liberdade.
- II. Não cabe *habeas corpus* contra decisão condenatória a pena de multa, ou relativo a processo em curso por infração penal a que a pena pecuniária seja a única cominada.
- III. Não cabe *habeas corpus* contra a imposição de pena de exclusão de militar ou de perda de patente ou de função pública.
- IV. Compete originariamente ao Supremo Tribunal Federal o julgamento de *habeas corpus* contra decisão de turma recursal de juizados especiais criminais.

São **corretas**, de acordo com a jurisprudência dominante do Supremo Tribunal Federal:

- a. ( ) I, II, III e IV.
- b. ( ) Somente I e III.
- c. ( ) Somente II e IV.
- d. ( ) nenhuma das afirmativas é correta.

**05.** Considere as seguintes categorias de pessoas:

- I. os brasileiros naturalizados.
- II. os estrangeiros residentes no Brasil há mais de 15 anos ininterruptos.
- III. os analfabetos.
- IV. os conscritos, durante o serviço militar obrigatório.
- V. os menores de 16 anos.
- VI. os oficiais das Forças Armadas, com menos de 10 anos de serviço.
- VII. os portugueses, com residência permanente no Brasil, havendo reciprocidade em favor de brasileiros.

**Não** são alistáveis como eleitores, de acordo com a Constituição da República:

- a. ( ) I, II, III, IV e V.
- b. ( ) II, IV, V.
- c. ( ) II, IV, V e VII.
- d. ( ) IV, V e VII.

**06.** Ives Ptolomeu é Governador do Estado de Santa Catarina. Este é o seu primeiro mandato como Governador. O mandato termina em dezembro de 2006, e Ives concorrerá à reeleição para o mesmo cargo. Ives Ptolomeu é casado com Antônia Ptolomeu, que é Deputada Federal por Santa Catarina. Ives e Antônia têm um filho adotivo, Carlos Ptolomeu, de 21 anos de idade, que é profissional liberal. Ives tem, ainda, um sobrinho, Jorge Ptolomeu, com 25 anos de idade, desempregado, filho de seu falecido irmão, que ele gostaria de iniciar na vida político-eleitoral. Nesse caso, considere as seguintes afirmações:

- I. Ives Ptolomeu deve obrigatoriamente renunciar ao mandato até seis meses antes das eleições nas quais tentará a reeleição para Governador.
- II. Carlos Ptolomeu está impedido de candidatar-se a uma vaga de deputado na Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina nas eleições de 2006.
- III. Antônia Ptolomeu está autorizada a tentar a reeleição ao cargo de Deputada Federal por Santa Catarina nas eleições de 2006.
- IV. Jorge Ptolomeu está autorizado a candidatar-se a vereador no Município de Florianópolis em 2008, mesmo que Ives se reeleja e cumpra todo o mandato.

São **corretas**, de acordo com a Constituição da República:

- a. ( ) I e III.
- b. ( ) Somente II e III.
- c. ( ) Somente III e IV.
- d. ( ) II, III e IV.

## Procurador do Estado

07. Considere os seguintes pressupostos formais:

- I. prévia autorização do Congresso Nacional.
- II. expedição de decreto pelo Presidente da República.
- III. ratificação do Conselho de Defesa Nacional.
- IV. especificação das áreas abrangidas.
- V. fixação do tempo de duração, não superior a 15 dias.

A instauração do Estado de Defesa **exige**, entre outros:

- a. ( ) I, III e IV.
- b. ( ) I, IV e V.
- c. ( ) I, II e IV.
- d. ( ) Somente II e IV.

---

08. Considere as seguintes competências:

- I. preservação da incolumidade das pessoas e do patrimônio.
- II. execução das atividades de defesa civil.
- III. defesa da pátria.
- IV. garantia dos poderes constitucionais.
- V. apuração das infrações penais.
- VI. garantia da lei e da ordem, por iniciativa dos poderes constitucionais.

Às Forças Armadas compete, de acordo com a Constituição da República:

- a. ( ) III, IV e VI.
- b. ( ) II, III e VI.
- c. ( ) I, II, V e VI.
- d. ( ) I, II, III, IV, VI.

09. A propósito do controle de constitucionalidade, analise as seguintes afirmações:

- I. Decreto executivo que, editado para regulamentar a lei, venha a divergir de seu conteúdo, é impugnável por ação direta de inconstitucionalidade, se essa violação, reflexa e indiretamente, atingir o texto constitucional.
- II. Perante quaisquer órgãos do Poder Judiciário, o único tipo de controle de constitucionalidade de lei municipal em face da Constituição Federal que se admite é o difuso, exercido *incidenter tantum*.
- III. Normas decorrentes de emendas constitucionais e de tratados internacionais definitivamente incorporados ao direito brasileiro não são passíveis de controle de constitucionalidade, quer pelo método difuso, quer pelo concentrado.

Assinale a alternativa **correta**, de acordo com a jurisprudência dominante do Supremo Tribunal Federal:

- a. ( ) Todas as afirmativas são corretas.
- b. ( ) Somente a afirmativa II é correta.
- c. ( ) Somente a afirmativa III é correta.
- d. ( ) Nenhuma das afirmativas é correta.

10. Ainda sobre o controle de constitucionalidade, analise as seguintes afirmações:

- I. A declaração de inconstitucionalidade na via de exceção produz efeitos *inter partes*, mas a suspensão da execução da lei ou ato normativo pelo Senado Federal produz efeitos *erga omnes*.
- II. Declarada a inconstitucionalidade no julgamento de Recurso Extraordinário, o Senado Federal, tão logo cientificado, é obrigado a suspender, por meio de resolução, a execução da lei ou ato normativo.
- III. A anterior sanção de norma contaminada por vício de iniciativa parlamentar não impede o Chefe do Poder Executivo de questionar a constitucionalidade por meio de ação direta.

Assinale a alternativa **correta**, de acordo com a jurisprudência dominante do Supremo Tribunal Federal.

- a. ( ) Somente a afirmativa I é correta.
- b. ( ) Somente a afirmativa II é correta.
- c. ( ) São corretas as afirmativas I e III.
- d. ( ) Todas as afirmativas são corretas.

11. No concernente à ação direta de inconstitucionalidade, "*os legitimados ativos são classificados em universais, genéricos (podem propor a ação sobre qualquer matéria), e temáticos, específicos (que devem demonstrar que a pretensão por eles deduzida guarda relação de pertinência direta com os seus objetivos institucionais)*" (Curso de Direito Constitucional / Ricardo Cunha Chimenti... [et al.]. - 2. ed. - São Paulo: Saraiva. 2005. p. 388).

Assim sendo, considere as seguintes autoridades, órgãos e entidades:

- I. Presidente da República.
- II. Mesa do Senado Federal.
- III. Mesa da Câmara dos Deputados.
- IV. Mesa de Assembléia Legislativa.
- V. Mesa da Câmara Legislativa do Distrito Federal.
- VI. Governador do Estado ou do Distrito Federal.
- VII. Procurador-Geral da República.
- VIII. Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.
- IX. Partido político com representação no Congresso Nacional.
- X. Confederação sindical ou entidade de classe de âmbito nacional.

São legitimados ativos universais para a ação direta de inconstitucionalidade, segundo a jurisprudência dominante do Supremo Tribunal Federal:

- a. ( ) I, II, III, IV, V, VI, VII, X.
- b. ( ) I, II, III, VI, VII e IX.
- c. ( ) I, II, III, VII, VIII e IX.
- d. ( ) I, VI, VII, VIII e IX.

## Procurador do Estado

12. Considere as seguintes afirmações:

- I. As normas que regem o processo legislativo federal, especialmente as que dizem respeito à iniciativa reservada, não são de observância obrigatória pelos Estados-Membros.
- II. É inconstitucional norma de Constituição Estadual que fixa data para efetivação do pagamento dos vencimentos dos servidores públicos estaduais, por ofender a iniciativa reservada ao Governador do Estado.
- III. Lei ordinária estadual, de iniciativa parlamentar, que concede parcelamento de dívidas relativas ao IPVA e multas de trânsito, não viola a iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo.

Assinale a alternativa **correta**, de acordo com a jurisprudência dominante do Supremo Tribunal Federal.

- a. ( ) São corretas as afirmativas II e III.
- b. ( ) Somente a afirmativa III é correta.
- c. ( ) Todas as afirmativas são corretas.
- d. ( ) Nenhuma das afirmativas é correta.

---

13. É hipótese de inconstitucionalidade dita formal:

- a. ( ) Lei ordinária federal que nega aos filhos havidos fora do casamento o direito à herança.
- b. ( ) Lei ordinária federal que institui a prisão perpétua para o crime de seqüestro seguido de morte.
- c. ( ) Lei ordinária estadual que permite o acesso a cargos públicos estaduais de provimento efetivo independentemente de concurso público.
- d. ( ) Lei ordinária estadual que dispensa o uso de cinto de segurança nas rodovias estaduais.

14. Compete privativamente ao Senado Federal, de acordo com a Constituição da República:

- a. ( ) autorizar a instauração de processo contra o Presidente e o Vice-Presidente da República e os Ministros de Estado.
- b. ( ) eleger os membros do Conselho da República.
- c. ( ) processar e julgar os Ministros do Supremo Tribunal Federal nos crimes de responsabilidade.
- d. ( ) proceder à tomada de contas do Presidente da República, quando não apresentadas ao Congresso Nacional dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa.

---

15. Considere os seguintes itens:

- I. os recursos minerais, inclusive os do subsolo.
- II. os terrenos de marinha e seus acrescidos.
- III. os potenciais de energia hidráulica.
- IV. os sítios arqueológicos e pré-históricos.

Incluem-se entre os bens dos Estados, de acordo com a Constituição da República:

- a. ( ) III e IV.
- b. ( ) I e II.
- c. ( ) Somente IV.
- d. ( ) Nenhum dos indicados.

---

16. Considere as seguintes prestações de seguridade social:

- I. auxílio-reclusão para os dependentes dos segurados de baixa renda.
- II. ações e serviços do Sistema Único de Saúde.
- III. salário mínimo de benefício mensal ao idoso que comprove não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família.

São prestações devidas, independentemente de contribuições sociais, de acordo com a Constituição da República:

- a. ( ) Somente II.
- b. ( ) Somente III.
- c. ( ) Somente II e III.
- d. ( ) I, II e III.

17. Assinale a alternativa **correta**, de acordo com a Constituição da República:

- a. ( ) O acesso ao ensino obrigatório e gratuito constitui direito público subjetivo.
- b. ( ) É vedado às universidades admitir professores, técnicos ou cientistas estrangeiros.
- c. ( ) O ensino religioso, de matrícula obrigatória, constituirá disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental.
- d. ( ) O ensino é livre à iniciativa privada, independentemente de autorização do Poder Público.

---

18. Assinale a alternativa **correta**, de acordo com a Constituição do Estado de Santa Catarina.

- a. ( ) Os Deputados Estaduais não poderão, desde a posse, firmar ou manter contrato com pessoa jurídica de direito público, salvo quando o contrato obedecer a cláusulas uniformes.
- b. ( ) A incorporação às Forças Armadas de Deputados Estaduais, embora militares e ainda que em tempo de guerra, dependerá de prévia licença da Assembléia Legislativa.
- c. ( ) Perderá o mandato o Deputado Estadual que deixar de comparecer, em cada sessão legislativa, à quinta parte das sessões ordinárias da Assembléia, salvo licença ou missão por esta autorizada.
- d. ( ) Os Deputados Estaduais, desde a posse, serão submetidos a julgamento perante o Tribunal de Justiça do Estado.

---

19. Assinale a alternativa **correta**, de acordo com a Constituição do Estado de Santa Catarina.

Vagando os cargos de Governador e Vice-Governador nos últimos dois anos do período governamental:

- a. ( ) A eleição far-se-á pela Assembléia Legislativa, por voto aberto e maioria absoluta.
- b. ( ) A eleição será direta, sob a direção do Tribunal Regional Eleitoral.
- c. ( ) A eleição para ambos os cargos será feita trinta dias depois da última vaga.
- d. ( ) Terminando empatada a eleição, será considerado eleito o candidato com mais tempo de vida pública.

20. Assinale a alternativa **correta**, de acordo com a Constituição do Estado de Santa Catarina:

- a. ( ) A matéria constante de proposta de emenda rejeitada não pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa, ressalvadas, contudo, as propostas de emenda havidas por prejudicadas.
- b. ( ) A Constituição poderá ser emendada por proposta de mais da metade das Câmaras Municipais do Estado, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria absoluta de seus membros.
- c. ( ) A proposta de emenda será discutida e votada pela Assembléia Legislativa em dois turnos, considerando-se aprovada se obtiver, em ambos, dois terços dos votos de seus membros.
- d. ( ) A Constituição poderá ser emendada por proposta de pelo menos dois e meio por cento do eleitorado estadual, distribuído por no mínimo quarenta municípios, com não menos de um por cento dos eleitores de cada um deles.

---

21. Considere as seguintes competências:

- I. emendar a Constituição.
- II. autorizar referendo.
- III. convocar plebiscito.
- IV. decretar a intervenção nos municípios.
- V. escolher e nomear os membros do Tribunal de Contas do Estado.
- VI. destituir o Procurador-Geral de Justiça.

São competências exclusivas da Assembléia Legislativa, de acordo com a Constituição do Estado de Santa Catarina:

- a. ( ) Somente I, II e VI.
- b. ( ) I, II, III, VI.
- c. ( ) II, IV, V.
- d. ( ) I, II, III, IV e V.

## Procurador do Estado

**22.** Acerca da intervenção do Estado na propriedade e no domínio econômico, assinale a alternativa **correta**, com fundamento na Constituição da República.

- a. ( ) No caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano.
- b. ( ) As empresas públicas e as sociedades de economia mista que exploram atividade econômica poderão gozar de privilégios fiscais, ainda que não extensivos ao setor privado.
- c. ( ) Como agente normativo e regulador da atividade econômica, o Estado exercerá as funções de fiscalização, incentivo e planejamento, sendo esse determinante para o setor público e o setor privado.
- d. ( ) Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre desapropriação, bem como sobre produção e consumo.

---

**23.** A propósito dos atos administrativos, assinale a alternativa **correta**.

- a. ( ) Os atos administrativos discricionários praticados por agentes incompetentes podem ser revogados.
- b. ( ) A moralidade, como elemento integrante do mérito administrativo, não pode ser aferida pelo Poder Judiciário em sede de controle dos atos da Administração Pública.
- c. ( ) Atos administrativos ilegais são convalidados com a sua publicação regular.
- d. ( ) A concessão de aposentadoria compulsória é ato administrativo vinculado.

---

**24.** De acordo com a Lei F. nº 8666/93, é **inexigível** a licitação para:

- a. ( ) aquisição de bens destinados exclusivamente à pesquisa científica.
- b. ( ) aquisição de materiais que só possam ser fornecidos por produtor exclusivo.
- c. ( ) aquisição de bens produzidos ou serviços prestados por entidade que integre a Administração Pública.
- d. ( ) aquisição de energia elétrica e gás natural.

**25.** Assinale a alternativa correta, com fundamento na Lei F. nº 8666/93.

- a. ( ) Nos casos de empate entre duas ou mais propostas, será classificada a empresa que tiver maior tempo de atividade.
- b. ( ) É permitida a fixação de preços mínimos e vedada a fixação de preços máximos no edital.
- c. ( ) Apenas os licitantes possuem a prerrogativa de impugnar o edital de concorrência.
- d. ( ) Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução de obra ou serviço e do fornecimento de bens a eles necessários, o autor do projeto básico ou executivo, pessoa física ou jurídica.

---

**26.** O tipo de licitação de maior lance ou oferta, previsto na Lei F. nº 8666/93, ocorre na:

- a. ( ) Concessão de direito real de uso.
- b. ( ) Construção de obras públicas.
- c. ( ) Contratação de bens ou serviços de informática.
- d. ( ) Contratação de serviços de publicidade.

---

**27.** Com relação aos contratos administrativos, assinale a alternativa **correta**, conforme a Lei F. nº 8666/93.

- a. ( ) A sanção que estabelece a suspensão temporária do direito de participar em licitação opera seus efeitos em toda a Administração Pública.
- b. ( ) A declaração de nulidade do contrato administrativo exonera a Administração do dever de indenizar o contratado pelo que este houver executado até a data em que ela for declarada.
- c. ( ) A inadimplência do contratado com referência aos encargos fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato ou restringir a regularização e o uso das obras e edificações, inclusive perante o registro de imóveis.
- d. ( ) Aos contratos de seguro e de financiamento não se aplica o regime jurídico dos contratos administrativos.

28. A alienação de bens públicos imóveis depende de:

- a. ( ) disponibilidade orçamentária, interesse econômico, autorização legislativa e licitação pública.
- b. ( ) interesse público, avaliação prévia, autorização legislativa e licitação pública.
- c. ( ) interesse público, disponibilidade orçamentária, autorização judicial e licitação pública.
- d. ( ) avaliação prévia, interesse econômico, autorização judicial e pregão.

---

29. A alienação aos proprietários de imóveis lindeiros de área remanescente ou resultante de obra pública, área essa que se tornar inapropriável isoladamente, consoante a Lei F. nº 8666/93, é instituto conhecido como:

- a. ( ) reintegração.
- b. ( ) retrocessão.
- c. ( ) preempção.
- d. ( ) investidura.

30. Analise as seguintes afirmações:

- I. A descentralização administrativa por outorga ocorre quando o Estado cria uma entidade com personalidade jurídica própria e a ela transfere, por lei, a titularidade e a execução de determinado serviço público ou de utilidade pública.
- II. Serviço centralizado é o que o Poder Público presta por seus próprios órgãos integrantes da Administração Direta, em seu nome e sob sua responsabilidade.
- III. A instituição de uma Secretaria de Estado constitui exemplo típico de descentralização administrativa.
- IV. Os contratos de concessão e permissão de serviços públicos são hipóteses de descentralização por delegação. Nesses casos, o Poder Público conserva a titularidade do serviço, transferindo, apenas, a execução do serviço, para que o agente delegado o preste por sua conta e risco.

De acordo com a teoria dos serviços públicos, estão **corretas**:

- a. ( ) As afirmativas I, II e IV.
- b. ( ) Apenas a afirmativas III.
- c. ( ) Apenas a afirmativa II.
- d. ( ) Todas as afirmativas.

---

31. Acerca da desapropriação, assinale a alternativa **correta**, de acordo com a jurisprudência dominante do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça:

- a. ( ) A ação de desapropriação indireta prescreve em 5 (cinco) anos.
- b. ( ) O termo inicial para o cálculo dos juros compensatórios na desapropriação é o trânsito em julgado da sentença.
- c. ( ) Na indenização por desapropriação, não se incluem os honorários do advogado do expropriado.
- d. ( ) Na desapropriação direta ou indireta, a taxa de juros compensatórios é de 12% (doze por cento) ao ano.

**32.** Analise as seguintes afirmações:

- I. As permissões de serviço público serão formalizadas mediante contrato de adesão.
- II. As concessões de serviço público podem ser precedidas da execução de obra pública.
- III. Encampação é a retomada do serviço público pelo poder concedente durante o prazo da concessão, por motivo de interesse público, mediante lei autorizativa específica e após prévio pagamento da indenização.

De acordo com a Lei F. n. 8.987/95, estão **corretas**:

- a. ( ) Todas as afirmativas.
- b. ( ) Apenas a afirmativa III.
- c. ( ) Apenas a afirmativa II.
- d. ( ) Apenas as afirmativas II e III.

---

**33.** Assinale a alternativa **correta**, com fundamento na jurisprudência dominante do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça:

- a. ( ) É vedado à lei estabelecer limites de idade como requisito de admissão para os cargos públicos.
- b. ( ) O direito ao auxílio-alimentação se estende aos servidores inativos.
- c. ( ) Somente por lei se pode sujeitar a exame psicotécnico a habilitação de candidato a cargo público.
- d. ( ) A fixação de vencimentos dos servidores públicos pode ser objeto de convenção coletiva.

**34.** Comércio Indústria e Representações Ltda. sofreu vários prejuízos em decorrência do “apagão” de mais de 48 horas, ocorrido na parte insular de Florianópolis no mês de novembro de 2003, e pretende o ressarcimento. Para tanto deverá:

- a. ( ) Propor ação de responsabilidade civil, em litis-consórcio passivo necessário, contra a CELESC e o Estado de Santa Catarina.
- b. ( ) Propor ação de responsabilidade civil em face das Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. – CELESC.
- c. ( ) Propor ação de responsabilidade civil apenas em face do Departamento Estadual de Infra-Estrutura - DEINFRA.
- d. ( ) Propor ação de responsabilidade civil em face do Estado de Santa Catarina, apenas.

---

**35.** José da Silva, servidor público da administração autárquica, foi investido no mandato de Deputado Estadual. No período em que irá exercer seu mandato, em conformidade com as determinações da Constituição da República, deverá:

- a. ( ) Afastar-se do seu cargo, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração.
- b. ( ) Afastar-se de seu cargo, com prejuízo da remuneração, mas para efeito de benefício previdenciário, os valores serão determinados como se no exercício estivesse.
- c. ( ) Permanecer em seu cargo, havendo compatibilidade de horários, percebendo cumulativamente as vantagens de seu cargo, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo.
- d. ( ) Pedir exoneração do seu cargo, porquanto servidor público é impedido de exercer qualquer cargo eletivo.

**36.** Analise as seguintes afirmações:

- I. As administrações tributárias da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, atividades essenciais ao funcionamento do Estado, exercidas por servidores de carreiras específicas, terão recursos prioritários para a realização de suas atividades e atuarão de forma integrada, inclusive com o compartilhamento de cadastros e de informações fiscais, na forma da lei ou convênio.
- II. É permitida a acumulação remunerada de dois cargos públicos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas.
- III. A administração fazendária e seus servidores fiscais terão, dentro de suas áreas de competência e jurisdição, precedência sobre os demais setores administrativos, na forma determinada pela lei.
- IV. Ao servidor ocupante, exclusivamente, de cargo em comissão, aplica-se o regime geral de previdência social.

De acordo com a Constituição da República, estão **corretas**:

- a. ( ) Todas as afirmativas.
- b. ( ) Apenas a afirmativa III.
- c. ( ) Apenas as afirmativas I e IV.
- d. ( ) Nenhuma das afirmativas.

**37.** Em atenção ao sistema tributário nacional, assinale a alternativa **correta**, de acordo com a Constituição da República:

- a. ( ) A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão instituir empréstimos compulsórios para atender a despesas extraordinárias, decorrentes de calamidade pública.
- b. ( ) Compete exclusivamente à União instituir contribuições sociais e de intervenção no domínio econômico, que incidirão sobre as receitas decorrentes de exportação e de importação sobre produtos estrangeiros ou serviços.
- c. ( ) Os municípios e o Distrito Federal poderão instituir contribuição, na forma das respectivas leis, para o custeio do serviço de iluminação pública, observados os princípios da legalidade, da anterioridade e da anuidade.
- d. ( ) Competem à União os impostos estaduais e municipais dos Territórios, bem como os impostos municipais do Distrito Federal.

**38.** Em atenção às limitações do poder de tributar, assinale a alternativa **correta**, de acordo com a Constituição da República:

- a. ( ) É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios instituir impostos sobre o patrimônio, renda ou serviços, uns dos outros, incluídas as autarquias, as fundações e as empresas públicas destas entidades.
- b. ( ) É vedado à União cobrar os impostos sobre produtos industrializados no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou.
- c. ( ) É vedado à União cobrar imposto sobre importação de produtos estrangeiros antes de decorridos noventa dias da data em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou.
- d. ( ) É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios instituir impostos sobre templos de qualquer culto, limitação essa, que compreende somente o patrimônio, a renda e os serviços relacionados com as finalidades essenciais destas entidades.

**39.** De acordo com a Constituição da República, o ICMS incidirá:

- a. ( ) Sobre operações que destinem mercadorias ao exterior.
- b. ( ) Sobre operações que destinem a outros Estados lubrificantes, combustíveis líquidos e gasosos dele derivados e energia elétrica.
- c. ( ) Sobre a entrada de bem ou mercadoria importados do exterior por pessoa física ou jurídica, ainda que não seja contribuinte habitual do imposto, qualquer que seja a sua finalidade.
- d. ( ) Nas prestações de serviço de comunicação.

---

**40.** Assinale a alternativa **correta**, de acordo com o Código Tributário Nacional:

- a. ( ) Interpreta-se literalmente a legislação tributária que disponha sobre suspensão ou exclusão do crédito tributário; outorga de isenção e dispensa do cumprimento de obrigações tributárias acessórias.
- b. ( ) Somente a lei poderá estabelecer a atualização do valor monetário da respectiva base de cálculo do tributo.
- c. ( ) Independe de lei a modificação da base de cálculo do tributo que o torne mais oneroso.
- d. ( ) A lei tributária sempre se interpreta da maneira mais favorável ao acusado, de modo que o emprego da analogia não poderá resultar na exigência de tributo não previsto em lei.

**41.** Analise as seguintes afirmações:

- I. O ICMS não incide na venda, pelo segurador, de bens sinistrados.
- II. O ICMS não incide na importação de aeronave, por pessoa física, para uso próprio.
- III. O fornecimento de mercadorias com a simultânea prestação de serviços em bares, restaurantes e estabelecimentos similares constitui fato gerador do ICMS a incidir sobre o valor total da operação.
- IV. Não constitui fato gerador do ICMS o simples deslocamento de uma mercadoria para outro estabelecimento do mesmo contribuinte.

Considerando a jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça, estão **corretas**:

- a. ( ) Todas as afirmativas.
- b. ( ) Apenas as afirmativas I e II.
- c. ( ) As afirmativas I, III e IV.
- d. ( ) As afirmativas III e IV.

---

**42.** De acordo com o Código Tributário Nacional, são sujeitos passivos da obrigação tributária principal:

- a. ( ) Apenas aquele que tenha relação pessoal e direta com a situação que constitua o respectivo fato gerador do tributo.
- b. ( ) O contribuinte, quando tenha relação pessoal e direta com a situação que constitua o respectivo fato gerador e o responsável, quando, sem revestir a condição de contribuinte, sua obrigação decorra de disposição expressa de lei.
- c. ( ) O contribuinte, quando tenha relação pessoal e direta com a situação que constitua o respectivo fato gerador e as pessoas que tenham interesse comum na situação que constitua o fato gerador da obrigação principal.
- d. ( ) O contribuinte, quando tenha relação pessoal e direta com a situação que constitua o respectivo fato gerador e o responsável, quando, sem revestir a condição de contribuinte, sua obrigação decorra de convenções particulares relativas à responsabilidade pelo pagamento dos tributos.

43. Analise as seguintes afirmações:

- I. A autoridade administrativa poderá desconsiderar atos ou negócios jurídicos praticados com a finalidade de dissimular a ocorrência do fato gerador do tributo ou a natureza dos elementos constitutivos da obrigação tributária, observados os procedimentos a serem estabelecidos em lei ordinária.
- II. A solidariedade tributária não comporta benefício de ordem.
- III. A definição legal do fato gerador é interpretada, considerando-se a validade jurídica dos atos praticados pelos contribuintes.
- IV. As convenções particulares, relativas à responsabilidade pelo pagamento de tributos, podem ser opostas à Fazenda Pública.

De acordo com o Código Tributário Nacional, estão **corretas**:

- a. ( ) As afirmativas I e II.
- b. ( ) As afirmativas II, III e IV.
- c. ( ) Todas as afirmativas.
- d. ( ) Apenas as afirmativas II e III.

44. Acerca da responsabilidade tributária, assinale a alternativa **correta** de acordo como o Código Tributário Nacional:

- a. ( ) A pessoa natural ou jurídica de direito privado que adquirir de outra fundo de comércio ou estabelecimento comercial, industrial ou profissional, e continuar a respectiva exploração, sob a mesma ou outra razão social, responde, em qualquer caso, pelos tributos, relativos ao estabelecimento adquirido.
- b. ( ) A responsabilidade por infrações da legislação tributária depende da intenção do agente ou do responsável e da efetividade, natureza e extensão dos efeitos do ato.
- c. ( ) Os diretores, gerentes ou representantes de pessoas jurídicas de direito privado são pessoalmente responsáveis pelos créditos correspondentes a obrigações tributárias resultantes de atos praticados com excesso de poderes ou infração de lei, contrato social ou estatutos.
- d. ( ) A responsabilidade é excluída pela denúncia espontânea da infração, acompanhada do seu pedido de parcelamento.

---

45. Considerando a constituição do crédito tributário, assinale a alternativa **correta**, de acordo com o Código Tributário Nacional:

- a. ( ) O lançamento regularmente notificado ao sujeito passivo não pode mais ser alterado.
- b. ( ) O lançamento deve ser revisto de ofício pela autoridade administrativa quando se comprova que no lançamento anterior ocorreu falta funcional da autoridade que o efetuou, ou omissão, pela mesma autoridade, de ato ou formalidade essencial.
- c. ( ) O lançamento tributário é atividade administrativa discricionária tendente a verificar a ocorrência do fato gerador da obrigação correspondente, determinar a matéria tributável, calcular o montante do tributo devido, identificar o sujeito passivo e, sendo o caso, propor a aplicação da penalidade cabível.
- d. ( ) O pagamento antecipado pelo obrigado, nos casos de lançamento por homologação, extingue o crédito tributário, sem condição resolutória.

**46.** Analise as seguintes afirmações:

- I. A moratória, o parcelamento, o depósito parcial e a concessão de liminares em mandado de segurança suspendem a exigibilidade do crédito tributário.
- II. A moratória poderá ser concedida em caráter individual, por despacho da autoridade administrativa; contudo, não gera direito adquirido e poderá ser revogada de ofício, pelo descumprimento das obrigações estipuladas.
- III. O parcelamento será concedido na forma e condição estabelecidas na lei específica; entretanto, salvo disposição legal em contrário, o parcelamento do crédito tributário não exclui a incidência de juros e multas.
- IV. O tempo decorrido entre a concessão da moratória e sua revogação é computado para efeito de prescrição da cobrança do crédito.

De acordo com o Código Tributário Nacional, estão **corretas**:

- a. ( ) Apenas a afirmativa IV.
- b. ( ) As afirmativas II e III.
- c. ( ) As afirmativas II, III e IV.
- d. ( ) Todas as afirmativas.

---

**47.** Em atenção à extinção do crédito tributário, assinale a alternativa **correta**, de acordo com o Código Tributário Nacional:

- a. ( ) A restituição de tributos que comportem, por sua natureza, transferência do respectivo encargo financeiro será feita, em qualquer caso, ao responsável pelo seu pagamento.
- b. ( ) Pode-se compensar créditos tributários do sujeito passivo contra a Fazenda Pública, mediante o aproveitamento de tributo, objeto de contestação judicial pelo sujeito passivo, deferido através de medida liminar.
- c. ( ) O crédito não integralmente pago no vencimento é acrescido de juros de mora, seja qual for o motivo determinante da falta, que serão calculados à taxa de 1% (um por cento) ao mês, se a lei não dispuser de modo diverso.
- d. ( ) Prescreve em 5 (cinco) anos a ação anulatória da decisão administrativa que denegar a restituição.

**48.** Assinale a alternativa **correta**, de acordo com o Código Tributário Nacional:

- a. ( ) Presume-se fraudulenta a alienação ou oneração de bens ou rendas por sujeito passivo em débito para com a Fazenda Pública, em qualquer hipótese.
- b. ( ) O crédito tributário prefere aos créditos extraconcursais, nos termos da lei falimentar.
- c. ( ) A concessão de recuperação judicial independente da apresentação da prova de quitação de todos os tributos.
- d. ( ) Na hipótese de o devedor tributário, devidamente citado, não pagar nem apresentar bens à penhora no prazo legal, e não forem encontrados bens penhoráveis, o juiz determinará a indisponibilidade de seus bens e direitos.

---

**49.** Em atenção ao processo judicial de execução fiscal, estabelecido pela Lei F. nº 6830/80, é **correto** afirmar:

- a. ( ) É necessária a intervenção do Ministério Público nas execuções fiscais.
- b. ( ) A dívida ativa regularmente inscrita goza de presunção absoluta de liquidez e certeza.
- c. ( ) Na execução fiscal, qualquer intimação ao representante judicial da Fazenda Pública será feita pessoalmente.
- d. ( ) O executado oferecerá embargos, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da formalização da penhora.

**50.** Determinada empresa comercial pretende obter restituição de valores pagos a título de ICMS, porquanto acredita que efetuou pagamento espontâneo deste tributo, ICMS, a maior que o devido, em face da legislação tributária aplicável. Neste caso, de acordo com o Código Tributário Nacional, deverá:

- a. ( ) Requerer administrativamente ou judicialmente a restituição, demonstrando de modo satisfatório que efetivamente assumiu o encargo tributário, limitando-se, contudo, o pedido de restituição aos últimos 5 anos, contados da data da extinção do crédito tributário.
- b. ( ) Requerer judicialmente, apresentando, apenas, os comprovantes do recolhimento do imposto, limitando-se, contudo, o pedido de restituição aos últimos 5 anos, contados da data da extinção do crédito tributário.
- c. ( ) Requerer administrativamente ou judicialmente a restituição, demonstrando de modo satisfatório que efetivamente assumiu o encargo tributário, limitando-se, contudo, o pedido de restituição aos últimos 10 anos, contados da data da extinção do crédito tributário.
- d. ( ) Requerer judicialmente, apresentando, apenas, os comprovantes do recolhimento do imposto, limitando-se, contudo, o pedido de restituição aos últimos 10 anos, contados da data da extinção do crédito tributário.

---

**51.** De acordo com a Constituição da República, o princípio da seletividade poderá ser aplicado:

- a. ( ) Ao IPVA.
- b. ( ) Ao ICMS.
- c. ( ) Ao imposto de transmissão *causa mortis*.
- d. ( ) Às taxas.

**52.** São responsáveis pelo pagamento do ICMS devido e dos acréscimos legais, de acordo com a Lei E. nº 10.297/96:

- a. ( ) O leiloeiro, em relação às mercadorias que vender por conta alheia.
- b. ( ) Os transportadores em relação às mercadorias transportadas provenientes de outro Estado ou do Distrito Federal para entrega a destinatário certo em território catarinense.
- c. ( ) Os armazéns gerais e os depositários a qualquer título, em todos os casos de depósitos de mercadorias.
- d. ( ) Os transportadores, em relação a todas as mercadorias transportadas dentro do território do Estado de Santa Catarina.

---

**53.** Analise as seguintes afirmações:

- I. Os prazos de prescrição somente podem ser alterados por acordo das partes.
- II. A interrupção da prescrição poderá ocorrer uma única vez.
- III. A prescrição iniciada contra uma pessoa continua a correr contra o seu sucessor.
- IV. Prescreve em 10 anos a pretensão de ressarcimento por enriquecimento sem causa.
- V. A exceção prescreve no mesmo prazo em que a pretensão.

São **corretas**, de acordo com o Código Civil:

- a. ( ) I, IV e V.
- b. ( ) II, III e V.
- c. ( ) Somente II e III.
- d. ( ) Somente III.

**54.** Analise as seguintes afirmações:

- I. A revogação da doação por ingratidão deve ser pleiteada dentro de um ano, a contar do conhecimento pelo doador do fato que a autoriza, praticado pelo donatário.
- II. O adquirente de imóvel, que já estava anteriormente na posse, decai do direito de obter a redibição ou o abatimento do preço em um ano, a contar da alienação, desde que não se trate de vício que, por sua natureza, só puder ser conhecido mais tarde.
- III. O dono da obra decai, em cinco anos a contar do aparecimento do defeito, do direito de responsabilizar o empreiteiro, por meio de ação judicial, em razão da falta de solidez do edifício.
- IV. A entrega do título ao devedor firma a presunção de pagamento, mas a quitação assim operada fica sem efeito se o credor provar, em sessenta dias, a falta do pagamento.

São **corretas**, de acordo com o Código Civil:

- a. ( ) I e II.
- b. ( ) I, III e IV.
- c. ( ) I e IV.
- d. ( ) II e III.

---

**55.** Os Municípios de Florianópolis e São José decidem constituir associação de fins não econômicos, para gestão associada de serviços públicos de interesse comum. Nesse caso, assinale a alternativa **correta**, de acordo com o Código Civil e o Direito Administrativo correlato.

- a. ( ) A associação terá necessariamente personalidade jurídica de direito privado.
- b. ( ) A associação terá necessariamente personalidade jurídica de direito público.
- c. ( ) A associação terá a natureza de autarquia integrante da administração pública estadual.
- d. ( ) A associação poderá ter tanto a personalidade jurídica de direito público como de direito privado.

**56.** Paulo, casado com Tânia de fato e de direito, celebrou com Sofia, sua amante, verbalmente, uma compra e venda de bem móvel de elevado valor, com objetivo de encobrir uma doação. Nesse caso, assinale a alternativa **correta**, de acordo com o Código Civil.

- a. ( ) São nulas tanto a compra e venda - negócio jurídico simulado - como a doação - negócio jurídico dissimulado.
- b. ( ) A compra e venda - negócio jurídico simulado - é nula, mas a doação - negócio jurídico dissimulado - é apenas anulável.
- c. ( ) São anuláveis tanto a compra e venda - negócio jurídico simulado - como a doação - negócio jurídico dissimulado.
- d. ( ) A compra e venda - negócio jurídico simulado - é anulável, mas a doação - negócio jurídico dissimulado - é válida.

---

**57.** Sueli é empregada doméstica e tem uma dívida exigível e vencida no valor de R\$ 150,00 no armazém próximo à sua casa. Com a intenção de livrar Sueli das pressões do credor, Silvio, seu patrão, embora não estivesse obrigado nem pudesse sofrer quaisquer consequências pelo inadimplemento, vai ao credor e paga a dívida atrasada, fazendo-o em seu próprio nome. Ao receber o pagamento, o credor não transfere a Silvio, expressamente, quaisquer direitos. Nesse caso, assinale a alternativa **correta**, de acordo com o Código Civil.

- a. ( ) Silvio sub-roga-se de pleno direito nos direitos do credor satisfeito contra Sueli.
- b. ( ) Silvio não se sub-roga de pleno direito, nem tem direito ao reembolso, porquanto o pagamento feito equivale uma doação indireta.
- c. ( ) Silvio não se sub-roga de pleno direito, mas tem, contra Sueli, direito ao reembolso do que pagou.
- d. ( ) Silvio não se sub-roga de pleno direito, mas está resguardado pela sub-rogação convencional verificada.

**58.** A, B, C e D são devedores solidários de E em R\$ 3.600,00. A foi exonerado da solidariedade e pagou R\$ 900,00 pela sua parte. B é insolvente. Nesse caso, assinale a alternativa **correta**, de acordo com o Código Civil.

- a. ( ) Se C e D não pagarem os R\$ 2.700,00 restantes, E ainda poderá exigir-los de A.
- b. ( ) Se C pagar, sozinho, a totalidade da dívida restante, poderá exigir, no máximo, R\$ 1.350,00 de D.
- c. ( ) Se D pagar, sozinho, a totalidade da dívida restante, poderá exigir, no máximo, R\$ 300,00 de A e R\$ 900,00 de C.
- d. ( ) Se D pagar, sozinho, a totalidade da dívida restante, poderá exigir, no máximo, R\$ 300,00 de A e R\$ 1.200,00 de C.

---

**59.** Sávio é titular de um crédito, em dinheiro, garantido por fiança. Aceita receber do devedor principal, em pagamento, um carro. Posteriormente, torna-se evicto da coisa recebida. Nesse caso, assinale a alternativa **correta**, de acordo com o Código Civil.

- a. ( ) A obrigação primitiva se restabelece, mas Sávio não pode mais exigir o pagamento do fiador.
- b. ( ) A obrigação primitiva se restabelece, contra o devedor principal e o fiador.
- c. ( ) A obrigação primitiva não se restabelece, mas Sávio tem ação de perdas e danos contra o devedor principal.
- d. ( ) A obrigação primitiva não se restabelece, mas Sávio tem ação de perdas e danos contra o devedor principal e o fiador.

**60.** O Estado de Santa Catarina foi condenado a reparar danos sofridos por paciente em razão de imperícia e negligência médicas em hospital público. O valor da indenização, compreendendo danos patrimoniais e extrapatrimoniais (ou morais), foi fixado pelo juiz tendo em vista as provas documentais, os depoimentos de testemunhas e, sobretudo, as conclusões da perícia realizada no curso da instrução processual. Nesse caso, os juros de mora devidos sobre o principal da dívida são contados:

- a. ( ) da data da citação.
- b. ( ) da data da perícia.
- c. ( ) da data da sentença.
- d. ( ) da data do ato lesivo.

---

**61.** Considere as seguintes pessoas:

- I. os que gratuitamente houverem participado nos produtos do crime, até a concorrente quantia.
- II. o tutor e o curador, pelos pupilos e curatelados, que se acharem sob sua autoridade e em sua companhia.
- III. o empregador por seus empregados, no exercício do trabalho que lhes competir, ou em razão dele.
- IV. os donos de hotéis, hospedarias ou estabelecimentos onde se albergue por dinheiro, pelos seus hóspedes e moradores.

De acordo com o Código Civil, são responsáveis pela reparação civil apenas no caso de haver culpa de sua parte:

- a. ( ) I.
- b. ( ) II, III e IV.
- c. ( ) Somente II e III.
- d. ( ) Somente III.

## Procurador do Estado

**62.** Assinale a alternativa **correta**, de acordo com o Código Civil:

- a. ( ) A remissão da dívida independe da aceitação do devedor.
- b. ( ) A eficácia da cessão de crédito em relação ao devedor independe da notificação deste.
- c. ( ) A validade da cessão de crédito independe do consentimento do devedor.
- d. ( ) A assunção de dívida independe do consentimento do credor.

---

**63.** Analise as seguintes afirmações:

- I. A sociedade estrangeira, qualquer que seja o seu objeto, não pode, sem autorização do Poder Executivo, funcionar no país, ainda que por estabelecimentos subordinados.
- II. A incorporação determina a extinção das sociedades que se unem, para formar sociedade nova, que a elas sucederá nos direitos e obrigações.
- III. Na sociedade cooperativa, a responsabilidade dos sócios pode ser limitada ou ilimitada.
- IV. O empresário casado pode, sem necessidade de outorga conjugal, qualquer que seja o regime de bens, alienar os imóveis que integram o patrimônio da empresa.

São **corretas**, de acordo com o Código Civil:

- a. ( ) I e II.
- b. ( ) I, III e IV.
- c. ( ) II, III e IV.
- d. ( ) Somente III e IV.

**64.** Analise as afirmativas abaixo.

- I. A constituição dos direitos reais sobre bens móveis, *inter vivos*, ocorre com o registro do respectivo contrato no cartório de Registro de Títulos e Documentos.
- II. O abandono é um modo legítimo de extinção do direito de propriedade por parte do respectivo titular.
- III. O produto da venda, em hasta pública, de coisa perdida, pertencerá ao município em cuja circunscrição ela foi encontrada, debitadas as despesas e a recompensa do descobridor.
- IV. A aquisição do domínio sobre bens imóveis, nas hipóteses de usucapião, se dá com o registro da respectiva sentença judicial no Registro de Imóveis.
- V. Pode o marido, casado pelo regime da separação absoluta de bens, adquirir por usucapião imóvel que integra o patrimônio particular da mulher, desde que configurados os requisitos previstos em lei para a prescrição aquisitiva.

São **incorretas**, segundo o Código Civil:

- a. ( ) I, II e III.
- b. ( ) I, III e IV.
- c. ( ) I, IV e V.
- d. ( ) II, III e IV.

65. Analise as afirmativas abaixo.

- I. O proprietário pode cortar os ramos da árvore do vizinho, que lhe invadam o imóvel, independente de autorização judicial.
- II. O proprietário de um imóvel tem o direito de adentrar no terreno vizinho, se imprescindível à realização de obras de reparação em sua casa, bastando, para tanto, prévio aviso, independente de qualquer medida judicial.
- III. Em caso de esbulho ou turbação, pode um condômino, no condomínio ordinário (= condômino geral), defender individualmente a posse da coisa comum, não ficando limitado à defesa de sua parte ideal.
- IV. A assembléia geral de um condomínio edilício poderá deliberar pela expulsão do condômino cujo comportamento anti-social torne inviável a convivência em comum.
- V. Os débitos do condômino, perante o condomínio (edilício), constituem obrigação personalíssima, não se transmitindo ao adquirente, em caso de alienação.

São **corretas**, segundo o Código Civil:

- a. ( ) I, II e III.
- b. ( ) II, III e IV.
- c. ( ) II, IV e V.
- d. ( ) III, IV e V.

66. Analise as afirmativas abaixo.

- I. Na alienação fiduciária, vencida e não paga a dívida, o credor adquire automaticamente a propriedade plena da coisa, em pagamento do seu crédito.
- II. O direito de superfície extingue-se com a morte do superficiário.
- III. As servidões aparentes podem ser objeto de usucapião.
- IV. O direito de usufruto pode ser adquirido por usucapião.
- V. Em caso de desapropriação de imóvel objeto de usufruto, a respectiva indenização será repartida entre o usufrutuário e o proprietário.

São **incorretas**, segundo o Código Civil:

- a. ( ) II, IV e V.
- b. ( ) III, IV e V.
- c. ( ) II, III e V.
- d. ( ) I, II e V.

67. Analise as afirmativas abaixo.

- I. O valor do crédito (ou sua estimativa, ou o valor máximo) é requisito substancial à eficácia do contrato de penhor.
- II. É lícito estipular, no contrato de hipoteca, que, não paga a dívida, o imóvel objeto da garantia passa a pertencer ao credor, em compensação ao seu crédito.
- III. O penhor, em quaisquer de suas modalidades (comum, rural, industrial, etc.), constitui-se com a tradição da coisa.
- IV. É lícita a hipoteca para garantia de dívida futura.
- V. A hipoteca legal depende de registro para a sua constituição.

São **corretas**, segundo o Código Civil:

- a. ( ) II, III e IV.
- b. ( ) I, IV e V.
- c. ( ) I, III e IV.
- d. ( ) II, IV e V.

**68.** Analise as afirmativas abaixo.

- I. A propriedade fiduciária é, por natureza, resolúvel.
- II. A promessa de compra e venda, uma vez quitada, gera para o promitente comprador o domínio pleno do imóvel.
- III. O direito real de servidão é inalienável.
- IV. O titular do direito real de habitação pode ceder o exercício de seu direito a terceiros.
- V. Extinta a garantia real, extingue-se também a dívida que a ela encontrava-se vinculada.

São **incorretas**, segundo o Código Civil:

- a. ( ) II, IV e V.
- b. ( ) I, III e IV.
- c. ( ) II, III e IV.
- d. ( ) I, II e V.

---

**69.** Acerca do litisconsórcio, assinale a alternativa **correta**, de acordo com o Código de Processo Civil:

- a. ( ) Os litisconsortes possuem, sempre, prazos em dobro para contestar e recorrer.
- b. ( ) O juiz poderá limitar o litisconsórcio necessário quanto ao número de litigantes.
- c. ( ) Há litisconsórcio necessário quando ocorrer afinidade de questões por um ponto comum de fato ou de direito.
- d. ( ) Extingue-se o processo se o autor não promover, no tempo assinado pelo juiz, a citação de todos os litisconsortes necessários.

---

**70.** Assinale a alternativa **correta**, de acordo com o Código de Processo Civil:

- a. ( ) Não poderá ser alegada a suspeição de perito que aconselhar alguma das partes acerca do objeto da causa.
- b. ( ) É defeso lançar nos autos, cotas marginais ou interlineares.
- c. ( ) Depois de arrolada a testemunha, a parte não poderá substituí-la, mesmo se esta vier a falecer ou se tiver mudado de residência e não for encontrada pelo oficial de justiça.
- d. ( ) Às partes, aos advogados e aos órgãos do Ministério Público é defeso rubricar as folhas correspondentes aos atos em que intervieram.

**71.** A empresa Construções Lícitas ingressou com ação de reequilíbrio econômico-financeiro de contrato administrativo contra o Tribunal de Justiça de Santa Catarina, postulando a revisão de parcela paga em 10.02.1999. A petição inicial foi protocolizada em 20.12.2003. O Presidente do Tribunal de Justiça, indicado como réu na petição inicial, recebeu a citação em 18.01.2004 e encaminhou ofício ao juiz, dizendo não ter poderes para recebê-la. Em 30 de março de 2004 o autor requereu a citação do Estado, na pessoa do Procurador-Geral do Estado, o que se deu em 10.04.2004, sendo o mandado juntado aos autos apenas em 02.06.2004. Neste caso, de acordo com o Código de Processo Civil:

- a. ( ) Não há que se falar em prescrição, pois a citação do Presidente do Tribunal tem o condão de constituir o devedor em mora e interromper a prescrição, que retroagirá a data da propositura da ação.
- b. ( ) Não há que se falar em prescrição, pois a parte não pode ser prejudicada pela demora na citação.
- c. ( ) A ação foi proposta no prazo fixado para o seu exercício, e a primeira citação, ainda que inválida, constitui em mora o devedor e interrompe a prescrição.
- d. ( ) O processo deve ser extinto em face da ocorrência da prescrição alegada pelo Estado.

---

**72.** É lícito formular pedido genérico, de acordo com o Código de Processo Civil:

- a. ( ) Nas ações de restituição de tributos indiretos, se não puder o autor determinar, de modo definitivo, o valor do seu crédito.
- b. ( ) Nas ações de indenização por danos materiais.
- c. ( ) Nas ações universais, se não puder o autor individuar na petição os bens demandados.
- d. ( ) Nas ações condenatórias, se o autor formular pedidos sucessivos.

**73.** Acerca da prova pericial, prevista no Código de Processo Civil, é **correto** afirmar:

- a. ( ) O juiz poderá determinar a realização de nova perícia, que substituirá a primeira.
- b. ( ) O perito e os assistentes técnicos, depois da averiguação, lavrarão laudo unânime, que será escrito pelo perito e assinado pelos assistentes técnicos.
- c. ( ) Quando a prova tiver que realizar-se por carta, o juiz deprecante nomeará o perito, fixando de imediato o prazo para a entrega do laudo.
- d. ( ) O juiz não está adstrito ao laudo pericial, podendo formar sua convicção com outros elementos ou fatos provados nos autos, podendo, até mesmo, determinar de ofício a realização de nova perícia, quando a matéria não lhe parecer suficientemente esclarecida.

**74.** Analise as seguintes afirmativas:

- I. Nas execuções, embargadas ou não, são cabíveis honorários advocatícios.
- II. Arbitrados os honorários advocatícios em percentual sobre o valor da causa, a correção monetária incide a partir do ajuizamento da ação.
- III. Os honorários advocatícios podem ser fixados em salários mínimos.
- IV. Não há honorários advocatícios nas exceções de incompetência, impedimento ou suspeição.

De acordo com a jurisprudência dominante do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça, estão **corretas**:

- a. ( ) I, II e IV.
- b. ( ) II e III.
- c. ( ) I e III.
- d. ( ) Todas as afirmativas.

**75.** Assinale a alternativa **correta**, com fundamento no Código de Processo Civil:

- a. ( ) São dispensados de preparo os recursos interpostos pelo Ministério Público, pela União, pelos Estados e Municípios e respectivas entidades integrantes da Administração Indireta.
- b. ( ) O Ministério Público somente possui competência para recorrer nos processos em que atuou como parte.
- c. ( ) A renúncia ao direito de recorrer independe da aceitação da outra parte.
- d. ( ) O recorrente só poderá desistir com a anuência dos litisconsortes.

**76.** Os embargos infringentes:

- I. São cabíveis quando o acórdão não unânime julgar improcedente a ação rescisória.
- II. São cabíveis quando o acórdão não unânime houver reformado, em grau de apelação, a sentença de mérito.
- III. São inadmissíveis em mandado de segurança.
- IV. Uma vez interpostos de acórdão que contiver julgamento por maioria de votos e julgamento unânime, o prazo para interposição de recurso especial ou extraordinário, relativamente ao julgamento unânime, ficará sobrestado até a intimação da sua decisão.

De acordo com o Código de Processo Civil e a jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça, estão **corretas**:

- a. ( ) Apenas as afirmativas I, II e IV.
- b. ( ) Apenas as afirmativas II, III e IV.
- c. ( ) Apenas a afirmativa II.
- d. ( ) Todas as afirmativas.

**77.** Acerca do Recurso Extraordinário, assinale a alternativa **correta**, de acordo com a jurisprudência dominante do Supremo Tribunal Federal:

- a. ( ) Compete ao Supremo Tribunal Federal conceder medida cautelar para dar efeito suspensivo ao recurso extraordinário que ainda não foi objeto de juízo de admissibilidade na origem.
- b. ( ) Cabe recurso extraordinário contra acórdão do Tribunal de Justiça que defere pedido de intervenção estadual em Município.
- c. ( ) A controvérsia sobre a incidência, ou não, de correção monetária em operações de crédito rural é de natureza constitucional, viabilizando o recurso extraordinário.
- d. ( ) Não cabe recurso extraordinário por contrariedade ao princípio constitucional da legalidade, quando a sua verificação pressupõe a interpretação dada a normas infraconstitucionais pela decisão recorrida.

---

**78.** Assinale a alternativa **correta**, de acordo com o Código de Processo Civil:

- a. ( ) Não se aplicam ao processo de execução, mesmo subsidiariamente, as disposições que regem o processo de conhecimento.
- b. ( ) Toda vez que a indenização incluir prestação de alimentos, o devedor será condenado a constituir um capital, cuja renda assegure o cabal cumprimento da obrigação.
- c. ( ) Considera-se ato atentatório à dignidade da justiça o ato do devedor que não indica ao juiz onde se encontram os bens sujeitos à execução.
- d. ( ) Na ordem de bens que podem ser nomeados pelo devedor para que se realize a penhora, os imóveis precedem os veículos.

**79.** Assinale a alternativa **correta** a respeito da execução por quantia certa contra devedor solvente prevista no Código de Processo Civil:

- a. ( ) Uma das possibilidades da expropriação consiste no usufruto de imóvel ou de empresa.
- b. ( ) Ainda que a execução seja de crédito pignoratício, anticrético ou hipotecário, a penhora não poderá recair sobre a coisa dada em garantia.
- c. ( ) A nomeação de bens à penhora será considerada ineficaz caso esses sejam insuficientes para garantir a execução, ainda que o credor concorde com a nomeação.
- d. ( ) O juiz deverá autorizar a alienação antecipada dos bens penhorados, sem a ouvida da parte contrária, apenas quando sujeitos a deterioração.

---

**80.** Assinale a alternativa **correta**, considerando a jurisprudência dominante do Supremo Tribunal Federal:

- a. ( ) A impetração de mandado de segurança coletivo por entidade de classe em favor dos associados depende da autorização destes.
- b. ( ) É inconstitucional lei que fixa prazo de decadência para impetração do mandado de segurança.
- c. ( ) A entidade de classe tem legitimação para o mandado de segurança ainda quando a pretensão veiculada interesse apenas a uma parte da respectiva categoria.
- d. ( ) Compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer originariamente de mandado de segurança contra atos de outros tribunais.

**81.** Em atenção ao processo que regula a ação popular, Lei F. n. 4717-65, assinale a alternativa **correta**:

- a. ( ) Nesta ação, a sentença faz coisa julgada às partes entre as quais é dada, não beneficiando, nem prejudicando terceiros.
- b. ( ) A parte condenada a restituir bens ou valores ficará sujeita a seqüestro e penhora, desde a prolação da sentença condenatória.
- c. ( ) As pessoas jurídicas de direito público, quando contestam a ação, não podem promover a execução da sentença contra os demais réus.
- d. ( ) A pessoa jurídica de direito público cujo ato seja objeto da impugnação só poderá contestar o pedido ou abster-se de contestá-lo, sendo-lhe defeso atuar ao lado do autor.

---

**82.** Você, como Procurador do Estado, foi intimado para apresentar contra-razões em agravo de instrumento dirigido ao Superior Tribunal de Justiça, visando à admissão de Recurso Especial cujo seguimento foi negado na origem. De acordo com o Código de Processo Civil, seu prazo será de:

- a. ( ) 10 dias.
- b. ( ) 15 dias.
- c. ( ) 20 dias.
- d. ( ) 30 dias.

---

**83.** O mecanismo que, segundo a legislação estadual aplicável, permite aos Procuradores do Estado de Santa Catarina exercerem a representação judicial de autarquias integrantes da administração estadual indireta chama-se:

- a. ( ) Intervenção.
- b. ( ) Avocação.
- c. ( ) Assunção.
- d. ( ) Delegação.

**84.** Em relação à jornada de trabalho, é **correto** afirmar, com fundamento na Consolidação das Leis do Trabalho:

- a. ( ) Não serão descontadas nem computadas como jornada extraordinária as variações de horário ou registro de ponto não excedentes de dez minutos, observado o limite máximo de 20 minutos diários.
- b. ( ) A remuneração pela hora suplementar do trabalho será, em qualquer hipótese, pelo menos 55% superior à da hora normal do trabalho, mesmo nos casos de regime de compensação.
- c. ( ) O tempo despendido pelo empregado até o local de trabalho e para o seu retorno, por qualquer meio de transporte, não será computado na jornada de trabalho, salvo quando, tratando-se de local de difícil acesso ou não servido por transporte público, o empregador fornecer a condução.
- d. ( ) A compensação de jornada de trabalho deve sempre ser ajustada por acordo coletivo ou convenção coletiva.

---

**85.** Assinale a alternativa **correta**, com fundamento na Consolidação das Leis do Trabalho:

Não terá direito a férias o empregado que:

- a. ( ) Permanecer em gozo de licença, com percepção de salário, por período superior a 15 dias.
- b. ( ) Tiver percebido da Previdência Social prestações de acidente de trabalho por mais de 3 meses, embora descontínuos.
- c. ( ) Tiver percebido da Previdência Social prestações de auxílio-doença por mais de 3 meses, embora descontínuos.
- d. ( ) No curso do período aquisitivo deixar o emprego e não for readmitido dentro dos 60 dias subsequentes à sua saída.

## Procurador do Estado

86. De acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, integram o salário:

- a. ( ) Comissões, percentagens, gratificações ajustadas e abonos pagos pelo empregador.
- b. ( ) Assistência médica, hospitalar e odontológica, prestada diretamente ou mediante seguro-saúde.
- c. ( ) Previdência privada, seguros de vida e acidentes pessoais.
- d. ( ) Educação do empregado em estabelecimento de ensino próprio ou de terceiros, compreendendo os valores relativos a matrícula, mensalidade, anuidade, livros e material didático.

---

87. Com relação à rescisão do contrato de trabalho, é **correto** afirmar, com fundamento na Consolidação das Leis do Trabalho:

- a. ( ) Havendo culpa recíproca no ato que determinou a rescisão do contrato de trabalho, é incabível o pagamento de verbas indenizatórias.
- b. ( ) No caso de rescisão do contrato de trabalho por morte de empregador, os empregados terão direito à percepção de verbas indenizatórias pela metade do valor integral.
- c. ( ) Ocorrendo motivo de força maior que determine a extinção da empresa, todos os empregados não terão direito à indenização pela rescisão contratual.
- d. ( ) No caso de paralisação definitiva do trabalho motivada por ato de autoridade ou pela promulgação de lei ou resolução que impossibilite a continuação da atividade, o pagamento da indenização pela rescisão do contrato de trabalho dos empregados ficará a cargo do governo responsável.

88. Analise as seguintes afirmativas:

- I. A contratação irregular de trabalhador, mediante empresa interposta, não gera vínculo de emprego com os órgãos da administração pública direta, indireta ou fundacional.
- II. O inadimplemento das obrigações trabalhistas, por parte do empregador, não gera responsabilidade solidária ou subsidiária quando o tomador dos serviços for entidade da administração pública direta, indireta ou fundacional.
- III. A contratação de trabalhadores por empresa interposta é ilegal, formando-se o vínculo diretamente com o tomador dos serviços, salvo no caso de trabalho temporário.
- IV. Não forma vínculo de emprego com o tomador a contratação de serviços de vigilância, desde que ligado à atividade-meio do tomador e inexistentes a personalidade e a subordinação direta.

Em atenção à jurisprudência dominante do Tribunal Superior do Trabalho, estão **corretas**:

- a. ( ) Apenas a afirmativa II.
- b. ( ) I, III e IV.
- c. ( ) II, III e IV.
- d. ( ) Todas as afirmativas.

**89.** Acerca das convenções coletivas de trabalho, assinale a alternativa **correta**, com fundamento na Consolidação das Leis do Trabalho:

- a. ( ) Os sindicatos representativos de categorias econômicas ou profissionais e as empresas, inclusive as que não tenham representação sindical, quando provocados, não podem recusar-se a negociação coletiva.
- b. ( ) Não será permitido estipular duração de convenção coletiva de trabalho ou acordo coletivo de trabalho superior a 2 (dois) anos.
- c. ( ) É obrigatório aos sindicatos representativos de categorias profissionais celebrar acordos coletivos com uma ou mais empresas da correspondente categoria econômica, que estipulem condições de trabalho, aplicáveis, no âmbito da empresa ou das empresas acordantes às respectivas relações de trabalho.
- d. ( ) As disposições do contrato individual de trabalho prevalecem em relação às normas de convenção ou acordo coletivo, mesmo contrariando-as, desde que mais favoráveis ao empregado.

---

**90.** De acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, no processo do trabalho, o agravo de petição cabe para impugnar:

- a. ( ) decisão proferida em processo de execução.
- b. ( ) decisão proferida em processo cautelar ou de execução.
- c. ( ) decisão proferida em processo de conhecimento, cautelar ou de execução, desde que terminativa.
- d. ( ) decisão proferida em processo de conhecimento, cautelar ou de execução, desde que definitiva.

---

**91.** De acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, do despacho que nega seguimento ao recurso de revista, caberá agravo de instrumento no prazo de:

- a. ( ) 5 dias.
- b. ( ) 8 dias.
- c. ( ) 10 dias.
- d. ( ) 15 dias.

**92.** De acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, da decisão definitiva proferida pelo Tribunal Regional do Trabalho, em processo de sua competência originária, referente a dissídio coletivo, o recurso cabível é:

- a. ( ) agravo de instrumento.
- b. ( ) agravo de petição.
- c. ( ) ação rescisória.
- d. ( ) recurso ordinário.

---

**93.** Assinale a alternativa **incorreta**, com fundamento na Consolidação das Leis do Trabalho:

- a. ( ) Das decisões proferidas em dissídio coletivo que afete empresa do serviço público poderão recorrer, além dos interessados, o presidente do Tribunal e a Procuradoria da Justiça do Trabalho.
- b. ( ) Os incidentes do processo são resolvidos pelo próprio Juízo ou Tribunal, admitindo-se a apreciação do merecimento das decisões interlocutórias somente em recursos da decisão definitiva.
- c. ( ) O procedimento sumaríssimo abrange todos os dissídios individuais que não excedam a quarenta vezes o salário mínimo, inclusive as demandas em que seja parte a Administração Pública.
- d. ( ) Das decisões proferidas pelos Tribunais Regionais do Trabalho ou por suas Turmas, em execução de sentença, inclusive em processo incidente de embargos de terceiro, não caberá Recurso de Revista, salvo na hipótese de ofensa direta e literal de norma da Constituição Federal.

---

**94.** São causas impeditivas da prescrição, de acordo com o Código Penal:

- a. ( ) a reincidência.
- b. ( ) estar o agente cumprindo pena no estrangeiro.
- c. ( ) o recebimento da denúncia ou da queixa.
- d. ( ) a sentença condenatória recorrível.

**95.** Analise as seguintes afirmações:

- I. A incidência da circunstância atenuante não pode conduzir à redução da pena criminal abaixo do mínimo legal.
- II. A reincidência penal pode ser considerada como circunstância agravante e, simultaneamente, como circunstância judicial.
- III. É inadmissível a adoção do regime prisional semi-aberto aos reincidentes condenados a pena igual ou inferior a quatro anos, ainda que favoráveis as circunstâncias judiciais.

São **corretas**, de acordo com a jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça.

- a. ( ) Somente I.
  - b. ( ) Somente II.
  - c. ( ) Somente III.
  - d. ( ) Nenhuma das afirmativas é correta.
- 

**96.** Analise as seguintes afirmações:

- I. O crime de extorsão consuma-se independentemente da obtenção da vantagem indevida.
- II. A sentença criminal concessiva do perdão judicial é declaratória da extinção da punibilidade, não subsistindo qualquer efeito condenatório.

Assinale a alternativa **correta**, de acordo com a jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça.

- a. ( ) Somente a afirmativa I é correta.
- b. ( ) Somente a afirmativa II é correta.
- c. ( ) As duas afirmativas são corretas.
- d. ( ) Nenhuma das afirmativas é correta.

**97.** Analise as seguintes afirmações:

- I. A interposição do recurso contra decisão condenatória por crime obsta a expedição de mandado de prisão, ainda que o recurso não tenha efeito suspensivo.
- II. A participação de membro do Ministério Público na fase investigatória criminal acarreta seu impedimento ou suspeição para o oferecimento da denúncia.

Assinale a alternativa correta, de acordo com a jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça.

- a. ( ) Somente a afirmativa I é correta.
  - b. ( ) Somente a afirmativa II é correta.
  - c. ( ) As duas afirmativas são corretas.
  - d. ( ) Nenhuma das afirmativas é correta.
- 

**98.** Considere a seguinte conduta e indique o crime a que ela corresponde:

“Exigir, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida”.

- a. ( ) Corrupção ativa.
  - b. ( ) Concussão.
  - c. ( ) Prevaricação.
  - d. ( ) Advocacia Administrativa.
- 

**99.** Considere a seguinte conduta e indique o crime a que ela corresponde:

“Deixar o funcionário, por indulgência, de responsabilizar subordinado que cometeu infração no exercício do cargo ou, quando lhe falte competência, não levar o fato ao conhecimento da autoridade competente”.

- a. ( ) Abandono de função.
- b. ( ) Exercício funcional ilegalmente prolongado.
- c. ( ) Corrupção passiva.
- d. ( ) Condescendência criminosa.

**100.** Considere a seguinte conduta e indique o crime a que ela corresponde:

“Apropriar-se o funcionário público de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, de que tem a posse em razão do cargo, ou desviá-lo, em proveito próprio ou alheio”.

- a. ( ) Estelionato.
- b. ( ) Furto.
- c. ( ) Peculato.
- d. ( ) Roubo.

**A** Gabarito A

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
<b>B</b>	<b>A</b>	<b>C</b>	<b>A</b>	<b>B</b>	<b>D</b>	<b>D</b>	<b>A</b>	<b>B</b>	<b>C</b>	<b>C</b>	<b>B</b>	<b>D</b>	<b>C</b>	<b>D</b>	<b>C</b>	<b>A</b>	<b>B</b>	<b>C</b>	<b>D</b>
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
<b>B</b>	<b>A</b>	<b>D</b>	<b>B</b>	<b>D</b>	<b>A</b>	<b>C</b>	<b>B</b>	<b>D</b>	<b>A</b>	<b>D</b>	<b>A</b>	<b>C</b>	<b>B</b>	<b>B</b>	<b>A</b>	<b>C</b>	<b>D</b>	<b>C</b>	<b>A</b>
41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60
<b>D</b>	<b>B</b>	<b>A</b>	<b>C</b>	<b>B</b>	<b>B</b>	<b>C</b>	<b>D</b>	<b>C</b>	<b>A</b>	<b>B</b>	<b>A</b>	<b>B</b>	<b>C</b>	<b>D</b>	<b>A</b>	<b>C</b>	<b>D</b>	<b>A</b>	<b>D</b>
61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80
<b>A</b>	<b>C</b>	<b>B</b>	<b>C</b>	<b>A</b>	<b>D</b>	<b>B</b>	<b>A</b>	<b>D</b>	<b>B</b>	<b>D</b>	<b>C</b>	<b>D</b>	<b>A</b>	<b>C</b>	<b>B</b>	<b>D</b>	<b>C</b>	<b>A</b>	<b>C</b>
81	82	83	84	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95	96	97	98	99	100
<b>B</b>	<b>A</b>	<b>B</b>	<b>C</b>	<b>D</b>	<b>A</b>	<b>D</b>	<b>B</b>	<b>A</b>	<b>A</b>	<b>B</b>	<b>D</b>	<b>C</b>	<b>B</b>	<b>A</b>	<b>C</b>	<b>D</b>	<b>B</b>	<b>D</b>	<b>C</b>